

A ESCOLA DE FRANKFURT: FUNDAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA À INDÚSTRIA CULTURAL

LA ESCUELA DE FRANKFURT: FUNDACIÓN DE LA TEORÍA CRÍTICA A LA INDUSTRIA CULTURAL

Ana Paula Pinheiro Motta¹

Rodolfo Anderson Bueno de Aquino²

RESUMO

Neste artigo procura-se analisar o estabelecimento da teoria crítica por pensadores da Escola de Frankfurt e sua influência na padronização de comportamentos intitulada “indústria cultural”. Verifica-se como determinados meios de comunicação, ao alcançarem uma sociedade massificada, conseguem impingir nos diferentes indivíduos ideais de vida vinculados a um consumismo desenfreado e desprovido de reflexão crítica. Ilustra-se uma comunicação tendencialmente manipuladora e potencialmente geradora de lucros que mantém o ciclo do sistema capitalista. A partir da indústria cultural, título atribuído por Adorno e Horkheimer ao fenômeno da atividade econômica voltada à alienação dos membros da sociedade com o único fim de padronização de comportamentos consumistas, tem-se uma falsa identidade do universal e do particular que leva à uma aderência imediata aos produtos culturais dispostos pelo sistema. A partir daí objetiva-se questionar a possibilidade de inversão desta lógica manipuladora no atual contexto social realizando-se uma análise qualitativa do assunto proposto através da pesquisa bibliográfica. As visões de Adorno e de Horkheimer, adeptos da teoria crítica, são referenciais para análise elaborada no presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: escola da Frankfurt; teoria crítica; indústria cultural; políticas públicas

RESUMEN

Este artículo tiene por objeto examinar la creación de la teoría crítica de los pensadores de la Escuela de Frankfurt y su influencia en el comportamiento de estandarización denominado "industria cultural". Comproba como algunos medios de comunicación, para llegar a una sociedad de masas, pueden imponer en los diferentes individuos ideales de vida atados a un consumismo desenfrenado y carente de reflexión crítica. Una comunicación, tendenciosamente manipuladora y potencialmente generadora de beneficios, es observada e esto mantiene el ciclo del sistema capitalista. La industria cultural, título otorgado por Adorno

¹Mestranda em Direito e especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, anapaula-elias@ig.com.br.

²Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo e Professor na Faculdade de Pindamonhangaba (FAPI/FUNVIC), rodolfobueno@terra.com.br.

e Horkheimer, es el fenómeno de la actividad econômica hacia la disposición de los miembros de la sociedad con el único propósito de la normalización de las conductas de consumo, partiendo de este punto existe una falsa identidad de lo universal y lo particular, que conduce a una adhesión inmediata a los productos culturales ofrecidos por el sistema capitalista. A partir de ahí, el objetivo es discutir la posibilidad de inversión de esta lógica de manipulación en el contexto social actual mediante la realización de un análisis cualitativo del tema propuesto por la investigación bibliográfica. Los puntos de vista de Adorno y Horkheimer, partidarios de la teoría crítica, son las referencias al análisis realizado en este trabajo.

PALABRAS CLAVE: escuela de frankfurt; teoría crítica; industria cultural; políticas públicas

INTRODUÇÃO

A partir das ideias de Karl Marx, pensadores representantes da Escola de Frankfurt, passaram a desenvolver teorias tendentes a estimular uma emancipação social através de um pensamento crítico em relação à realidade social regida pelo sistema capitalista.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt trouxe a ideia de esclarecimento com o objetivo de estimular uma percepção mais apurada em relação à instituição de ações padronizadas tendentes a manter o sistema dominante.

Os meios tecnológicos de comunicação podem ser identificados como instrumentos eficazes de interação com a sociedade. Mas, quando tendencialmente direcionados para repassar a ideologia de grupos dominantes da sociedade, tornam-se instrumentos manipuladores e é neste contexto que surge uma indústria de incentivo à alienação e ao consumo sem reflexão, intitulada indústria cultural.

A expressão “indústria cultural” delineia linhas gerais da padronização de pensamento, comportamento e atitude dos diferentes indivíduos de uma sociedade efetivada por uma classe dominante que busca, através da alienação destes indivíduos, manter o ciclo do sistema capitalista.

A lógica econômica do capitalismo consiste na exploração da força produtiva de trabalho alheia e tem como razão interna a obtenção de lucro máximo. Referido lucro possibilita a concentração de propriedade, inclusive dos meios de comunicação, da renda e da riqueza, facilitando, assim, a manutenção da posição dominante dentro da sociedade massificada.

Questões levantadas no presente estudo referem-se a: Como se desenvolveu a teoria crítica da Escola de Frankfurt? Como a alienação que alimenta a indústria cultural e retroalimenta o Sistema Capitalista foi ponderada por Adorno e Horkheimer, pensadores da

Escola de Frankfurt? É possível inverter a lógica manipuladora da indústria cultural a fim de se fomentar uma análise crítica em relação ao que é exposto por esta indústria? Aludida ênfase constitui importante referencial para entendimento da lógica do sistema capitalista sob o olhar de dois pensadores da Teoria Crítica.

O artigo está estruturado de maneira a realizar, primeiramente, uma exposição da origem e evolução da Escola de Frankfurt e sua Teoria Crítica.

Posteriormente, será analisada a elaboração do conceito de indústria cultural por Adorno e Horkheimer baseado na manipulação da produção artística e cultural, posteriormente veiculados pelos meios de comunicação, com o intuito de padronização de pensamentos.

Ao final, ponderar-se-á políticas públicas educacionais como instrumento de estímulo a um pensamento crítico em relação à percepção e assimilação dos produtos oferecidos pela indústria cultural.

1. ESCOLA DE FRANKFURT E A FUNDAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA

Com a criação, em 03 de fevereiro de 1923, de um Instituto de Pesquisas Sociais, na cidade de Frankfurt – Alemanha – sediado junto à Universidade de Frankfurt, todavia, com administração independente, surgiu o fenômeno ideológico assinalado pelo nome de Escola de Frankfurt.

O Instituto surgiu com o projeto de fomentar discussões teóricas acerca da ampliação da teoria do marxismo, tornando permanente a realização de pesquisas embasadas no âmbito do pensamento de esquerda.

Referido Instituto foi criado por Félix J. Weil, doutor em ciências políticas, responsável pela organização da “Primeira Semana de Trabalho Marxista”, no ano de 1922, voltada à disseminação da ideia de um marxismo “verdadeiro” ou “puro”. Surge, neste momento, a ideia de uma instituição permanente sob a forma de um Instituto de Investigação Independente e sua concretização se dá através de um donativo de Hermann Weil (pai de Félix) e de um contrato com o Ministério da Educação.

Periodicamente, era publicada pelo Instituto uma revista a fim de divulgar os trabalhos produzidos por seus associados e colaboradores. O Instituto possuía sede na cidade alemã de Frankfurt e, com o passar do tempo, foram criadas dependências menores em outras locais.

A partir de setembro de 1933, a “Escola de Frankfurt” deixa de estar em Frankfurt, saindo a revista em França e sendo na Suíça o quartel-general. Esta expatriação durou até agosto de 1950, data na qual o Instituto retomou o seu trabalho nos locais do *Kuratorium* no *Senckenberganlage* e no que restava do Instituto, depois em novembro, num outro edifício, merecendo de novo, mas com *dezessete anos de interrupção*, a sua qualificação de Frankfurtiana[...]

[...] Martin Jay, o grande historiador de um e de outra até 1950, adverte-nos todavia de que temos de distinguir: “É preciso compreender [...] que a idéia de uma ‘Escola específica’ só se desenvolveu *depois* que o Instituto foi obrigado a abandonar Frankfurt”. Indica-nos que “a própria expressão ‘Escola de Frankfurt’ só foi utilizada depois do regresso do Instituto à Alemanha em 1950”. (ASSOUN, 1991, p. 08).

Filósofos e demais intelectuais associaram-se à Escola de Frankfurt cujo teor de sua filosofia constituiu-se pelos princípios da “Teoria Crítica”. O fomento a esta teoria foi contribuição de representantes da Escola de Frankfurt, tais como Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1978), Walter Benjamin (1892-1940), Erich Fromm (1900-1980), Jürgen Habermas (1929), entre outros.

A Teoria Crítica faz a mediação entre a crise da obra na história e a crise da obra no Conceito “[...] E vai começar a funcionar com uma tomada de posição em relação ao idealismo alemão, que fornece ao mesmo tempo o ponto de partida e a linguagem da sua própria refutação.” (ASSOUN, 1991, p. 21)

Idealismo alemão é uma denominação dada ao pensamento filosófico pós Kantiano e tem como representantes, entre outros, Fichte (1762/1814) e Schelling (1775/1854). Referidos intelectuais consideravam que a realidade é construída pela consciência de cada um.

A filosofia idealista alemã caracterizou-se por uma análise da obra de Kant e uma tentativa de construção de um sistema ideal de pensamento. Identificou como referencial a ideia de primazia da razão ou do espírito e o movimento dialético.

Nesse sentido, Hegel, importante expoente desta corrente filosófica, defendeu a primazia do pensamento e foi contestado por pensadores da Teoria Crítica, mais especificamente Marx e Engels. Segundo Marcondes (2000, p. 133-134):

A ideologia alemã foi escrita nos anos 1845-46, logo após o início da colaboração entre Marx e Engels [...] Nessa obra, Marx e Engels formulam uma crítica direta ao idealismo, segundo eles, dominante na filosofia sobretudo nos assim chamados “hegelianos de esquerda”(seguidores de Hegel que se propunham desenvolver uma filosofia libertária e crítica da dominação religiosa e política. De acordo com a análise da *Ideologia alemã*, entretanto, essa crítica fracassa pois não vai à raiz dos problemas, já que não empreende uma análise histórica e econômica da realidade social que gera a dominação – caracterizando-se como uma crítica meramente ideológica. A ideologia é vista, portanto, [...] como uma “falsa consciência”, incapaz de dar conta da realidade em sua dimensão mais profunda e, com isso, em última análise, contribuindo para as formas de dominação.

Retomando a filosofia da Escola de Frankfurt, cabe notar que o Instituto foi marcado na sua origem pela sociologia sob o ângulo econômico. “Os grandes empreendimentos sociológicos foram produzidos no começo dos anos 1920 (Durkheim, Weber, Marx) e, é neste contexto, que surge, sob o efeito do resto de movimentos desligados da social-democracia alemã, a idéia de uma ciência social de que o marxismo é um dos referentes [...]” .(ASSOUN, 1991, p. 42).

O Marxismo, principal referência teórica que legitima a Teoria Crítica, tem como principal pensador Karl Marx (1818-83) e seu colaborador mais próximo Friedrich Engels (1820-95). Estes elaboraram teorias que objetivavam reconstruir o socialismo, refletindo sobre as condições da existência humana e sobre a base material da sociedade, ou seja, o modo de produção. Sobre isso Marcondes (2000) se expressa em termos que Marx deve ser considerado um pensador que objetivava ultrapassar os limites da filosofia, especificadamente a de Hegel, com sua herança do Iluminismo e do racionalismo do séc. XVIII [...].

Sobre o Iluminismo, ou Era da Razão, este constituiu-se num movimento cultural de pensadores da Europa que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII e lutou contra a dominação religiosa e o Estado Absolutista. A denominação Iluminismo veio da certeza destes pensadores de que estavam rompendo com a Idade das Trevas (opressão da monarquia absoluta) através da propagação da luz e do conhecimento.

Este movimento propôs a reforma da sociedade defendendo um conhecimento prévio por meio da razão, diminuindo a imposição de ideias pelo governante ou por instituições religiosas; o individualismo; a liberdade política e econômica e; a igualdade de todos perante a lei.

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.

A preguiça e a cobardia são as causas de os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controlo alheio (naturaliter maiorenes), [482] continuarem, todavia, de bom grado menores durante toda a vida; e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores. É tão cómodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um director espiritual que em vez de mim tem consciência moral, um médico que por mim decide da dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de bom grado tomaram a seu cargo a superintendência deles. Depois de terem, primeiro, embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo não é assim tão grande, pois acabariam por aprender muito bem a andar. Só que um tal

exemplo intimida e, em geral, gera pavor perante todas as tentativas ulteriores. (KANT, 2013, p. 1-2).

Restabelecendo a ideia de marxismo, cabe observar que Marx buscava contribuir para a transformação da sociedade e a libertação do ser humano. Com esse objetivo criou uma linha de interpretação da história denominada “materialismo histórico”.

O materialismo histórico é desenvolvido inicialmente, já no século XIX, em oposição ao idealismo então reinante na Europa continental após a morte de Hegel. A tentativa de superação do idealismo hegeliano, entretanto, não faz do materialismo histórico algo que recusa todo o legado histórico, o avanço para o entendimento da realidade e as formas de conhecê-la que trouxeram para a ciência social o pensamento de Hegel. Ao contrário, para Marx o erro de Hegel foi o de ter invertido o mundo de “cabeça para baixo”, quando dizia que o mundo era forma de concretização das idéias, a forma de desenvolvimento da idéia. Para Marx, ao contrário era o mundo real, objetivo, que dá origem ao homem e, este por possuir cérebro, tem a possibilidade de pensar e de produzir idéias sobre o mundo. A partir desta idéia, portanto, funda-se uma nova forma de encarar o mundo e explicá-lo, que é o materialismo histórico. (OLIVEIRA, 2008, p. 76-77).

E continua referido autor:

Coerente com sua concepção materialista do mundo que vê o homem como fruto de sua atividade sobre a natureza, o marxismo diz que existe uma realidade pré-humana, objetiva e que é possível, portanto, entendê-la. Se isto é possível, há sim a possibilidade de buscar as leis que comandam o desenvolvimento da história humana, não no sentido de determiná-la, mas no sentido de condicioná-la. Assim, o marxismo não abre mão da filosofia, da ciência e do rigor do conceito, pois afinal, existe uma realidade e é necessário entendê-la para transformá-la.

Mas a filosofia que domina o mundo é a filosofia da classe dominante, como o próprio Marx já previa [...]. Assim, a filosofia que domina o mundo burguês não pode ser o materialismo histórico, mas uma filosofia que sirva de justificativa para o mundo do domínio burguês: o idealismo e seus variantes [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 91).

Deste modo, o trabalho dos pensadores marxistas consistiu na análise de uma sociedade dominada pela lógica capitalista, em que as ideias da classe dominante definem os rumos da formação social existente, e, ainda, na busca de formas de conscientização e superação desta dominação. Através do marxismo da Escola de Frankfurt se constitui uma “Crítica da dominação”.

É característica fundamental da Teoria Crítica (tanto em sentido amplo como em sentido restrito) ser permanentemente renovada e exercitada, não podendo ser fixada em um conjunto de teses imutáveis. O que significa dizer, igualmente, que tomar a obra de Marx como referência primeira da investigação não significa tomá-la como uma doutrina acabada, mas como um conjunto de problemas e de perguntas que cabe atualizar a cada vez, segundo cada constelação histórica específica [...] (NOBRE, 2011, p. 23).

Importante observar que a corrente da Escola de Frankfurt surgiu numa Alemanha recém derrotada na 1ª Guerra Mundial e enfraquecida social, econômica e politicamente. Este

panorama contribuiu para o fortalecimento de um partido político que despontava no cenário político da época, o denominado Partido Nacional Socialista.

Referido partido teve importante ascensão depois da crise de 29 e, seu maior “condutor” foi Adolf Hitler. As ideias disseminadas por este Partido baseavam-se, fundamentalmente, na superioridade da “Raça Ariana”.

A contradição é que, como mencionado, os Iluministas, criticados pelos pensadores de Frankfurt, cultivavam uma filosofia libertária (os seres humanos estão em condição de tornar este mundo um mundo melhor; Tem coragem para fazer uso da tua própria razão!), todavia, o que se viu posteriormente foi a utilização do livre exercício da razão para disseminação do racismo e do anti-semitismo.

Em 1879, o jornalista Alemão Wilhelm Marr criou o termo *anti-semitismo*, que significa ódio contra judeus, e também a não-aceitação de tendências liberais e cosmopolitas da política internacional dos séculos 18 e 19, muitas vezes associadas à imagem dos judeus. As tendências atacadas pelos nazistas abrangiam a igualdade de direitos civis entre os cidadãos de um país, a democracia constitucional, o livre comércio, o socialismo, o capitalismo financeiro, e o pacifismo. [...] O movimento xenófobo *Voelkisch*, Movimento Popular, foi criado no século 19 por filósofos, acadêmicos e artistas alemães que consideravam o espírito judaico como diferente e inferior ao alemão, moldando assim a percepção popular de que os judeus, ainda que nascidos na Alemanha, filhos, netos, e bisnetos de israelitas daquele país, não eram alemães. Teóricos de uma antropologia racial fraudulenta forneceram o embasamento pseudocientífico para difusão desta idéia. O Partido Nazista, fundado em 1919 e liderado por Adolf Hitler, deu expressão política às teorias do racismo europeu e, incentivando o anti-semitismo latente da população alemã, ganhou popularidade ao apoiar e disseminar este tipo de propaganda política. (USHMM, 2013).

Essa disseminação do anti-semitismo pelo Partido Nazista foi possível, principalmente, devido à utilização de uma das formas mais eficazes, naquele período, para convencimento da população em relação à sua ideologia: a propaganda.

A utilização eficiente da propaganda, através de meios como filmes, livros, música, arte, teatro, estações de rádio, materiais escolares e imprensa, concretizou o objetivo principal do Partido Nazista, o de alcançar um nível elevado, e até integral, de alienação da população a fim de convencer toda a “massa” da importância da adoção da ideologia do Partido.

A percepção do efeito emocional que a propaganda pode causar nas inúmeras pessoas a que atinge não foi atributo apenas de Hitler. A classe dominante do sistema capitalista também utilizou-se deste atilamento.

Para compreensão e elaboração de uma análise crítica em relação à dinâmica que envolve o poder dos meios de comunicação, dois pensadores da Escola de Frankfurt passaram a estudar o tema, são eles Max Horkheimer e Theodor Wiesengrund Adorno.

Estes intelectuais criaram o conceito “Indústria Cultural” para definir o funcionamento dos meios de comunicação de massa na padronização de informações e serviços e, na formação de uma consciência coletiva.

2. INDÚSTRIA CULTURAL

A primeira obra de Horkheimer e Adorno que cunhou o termo indústria cultural foi “Dialética do Esclarecimento”, publicada em 1947. Nesta obra é desenvolvida uma análise, a princípio, do conceito de esclarecimento vinculando-o, posteriormente, à mistificação das massas.

Referidos autores elucidam que o objetivo do esclarecimento é livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores, tendo como meta dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. Ao identificá-lo com a mistificação das massas, asseveram que:

O segmento sobre a “indústria cultural” mostra a regressão do esclarecimento à ideologia, que encontra no cinema e no rádio sua expressão mais influente. O esclarecimento consiste aí, sobretudo, no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão. Em conformidade com seu verdadeiro conteúdo, a ideologia se esgota na idolatria daquilo que existe e do poder pelo qual a técnica é controlada. No tratamento dessa contradição, a indústria cultural é levada mais a sério do que gostaria. Mas como a invocação de seu próprio caráter comercial, de sua profissão de uma verdade atenuada, há muito se tornou uma evasiva com a qual ela tenta furtar-se à responsabilidade pela mentira que difunde, nossa análise atém-se à pretensão, objetivamente inerente aos produtos, de serem obras estéticas e, por isso mesmo, uma configuração da verdade. Ela revela, na nulidade dessa pretensão, o caráter maligno do social. O segmento sobre a indústria cultural é ainda mais fragmentário do que os outros. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 16)

O termo “indústria cultural”, para os autores, difere da expressão “cultura de massa”. Esta última origina-se diretamente do povo, suas expressões, costumes, crenças, enfim, identifica-se com o que é estritamente popular e não aspira à comercialização, diferentemente da Indústria Cultural que tende a uniformizar qualquer manifestação cultural voltando-a ao consumismo.

Para os autores, a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança sendo os veículos de comunicação em massa, como cinema, rádio e revista, integrantes de um sistema coerente. O modelo de cultura manifesto é o da falsa identidade do universal e do particular e sob o poder da exploração toda cultura de massas é igual. Cinema e rádio passam de arte para negócio (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

A explicação para isso, segundo os interessados, é tecnológica já que milhões de pessoas participariam dessa indústria uniformizadora demandando, assim, métodos de reprodução que tornariam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades idênticas.

Adorno e Horkheimer entendem que o que explica a indústria cultural é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa e atentam para o fato de que é através do poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade que a técnica conquista seu poder sobre a mesma. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. “Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma [...]” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114, grifo nosso).

O mecanismo que leva à alienação é facilmente articulado pela indústria cultural que realiza todos os esforços a fim de que as pessoas não tenham que exercitar nenhum tipo de atividade intelectual enquanto recebem a mensagem da propaganda. Esta alienação, de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986, p. 20):

Ao nível de máxima generalização, a Alienação pode ser definida como o processo pelo qual alguém ou alguma coisa (segundo Marx, a própria natureza pode ficar envolvida no processo de Alienação humana) é obrigado a se tornar outra coisa diferente daquilo que existe propriamente no seu ser" (P. Chioldi). O uso corrente do termo designa, freqüentemente em forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia.

Qualquer detalhe de tempo, espaço, sensibilidade, entre outros, é meticulosamente planejado a fim de que haja adesão ideológica incondicional ao sistema dominante. Prevalece o estímulo ao conformismo e à dependência.

Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo Kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente, [...] Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 117).

Em virtude da própria constituição objetiva, os produtos paralisam a imaginação e a espontaneidade do consumidor. A apreensão adequada destes produtos exige verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos, mas para acompanhar os fatos que são expostos não deve haver atividade intelectual do espectador. Os produtos da indústria cultural serão facilmente consumidos, pois a violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Cada setor da indústria cultural é coerente em si mesmo e no sistema que forma e a alienação inculcada nas pessoas, que leva ao consumismo em massa, mantém constante a classe dominante na sociedade. Cada pessoa constitui-se como importante objeto do sistema econômico, sendo a reprodução necessária para manter a dominação.

A técnica da Indústria Cultural apenas está exercendo sua função na economia, a de retroalimentar o sistema capitalista. Aliás, quanto ao conceito de capitalismo, Brum (2012, p. 30) afirma: “Capitalismo é o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho. Quer dizer, defere a última instância das decisões que controlam o processo produtivo aos proprietários do capital [...]”.

Estes proprietários, desde o surgimento do capitalismo, eram os burgueses que produziam e acumulavam riqueza utilizando-se do trabalho alheio. “Os burgueses acumularam capital e passaram a utilizar dinheiro para fazer dinheiro, de modo com que ele deixasse de ser meio de troca para ser fim em si mesmo.” (MOTTA, 2007, p. 63).

Cabe notar que o sistema Capitalista fundamenta-se na doutrina do liberalismo que defende a liberdade individual, na área econômica, política, religiosa e intelectual, limitando o poder do Estado.

Assim, com o livre funcionamento do mercado econômico, a ação do capital intensifica-se através da polarização do ciclo padronização-alienação-consumo-acúmulo e a sociedade massificada é facilmente alcançada pela Indústria Cultural.

No interior do sistema capitalista, aludido ciclo gera um estímulo ao conformismo que incide, ainda, como elemento adaptador ao processo produtivo.

Especialmente sob o ponto de vista da tarefa de gerar adaptação ao processo produtivo, Horkheimer e Adorno chamam a atenção para as características infinitamente repetitivas das mercadorias culturais, as quais são consideradas uma espécie de prolongamento, durante o ócio, dos mesmos procedimentos repetidos *ad nauseam* no trabalho da fábrica ou do escritório (DUARTE, 2003, p. 60)

A massa torna-se acrítica, sem a real percepção da realidade que a cerca e totalmente desprovida de comprometimento com qualquer tipo de mudança ou, ao menos, de reflexão.

O imperativo da indústria cultural reza: “Deves submeter-te” – mas, acrescenta Adorno, “sem indicar a quê”. Ela gera indivíduos submissos e conformados, impedindo o desenvolvimento de pessoas autônomas, capazes de refletir e criticar. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 70).

Neste contexto, surge a referência ao trágico, caracterizando a possibilidade de qualquer pessoa enfrentar forças mais poderosas com uma chance de deixar uma marca a ser seguida. No mesmo sentido, como exemplo, já no final dos anos 70, Castells (2010, p. 80)

analisando identidades territoriais, pondera que os movimentos urbanos, como processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos:

[...] estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território [...]

Todavia, a mentira não retrocede diante do trágico e, desse modo, Duarte (2003, p. 64) assevera:

Mas no âmbito do capitalismo tardio, muito especialmente no da indústria cultural por sua própria vinculação à inarredável sedimentação estética do trágico, esse se encontra ameaçado de pura e simples extinção pelo fato de que tendem a desaparecer os indivíduos com a coragem de se posicionar diferentemente da massa, que, por sua vez, é – com raras exceções – uma reprodutora, naturalmente sem consciência porém com fidelidade, da ideologia dominante [...]

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer sustentam que a indústria cultural impõe um padrão de vida similar a todo e qualquer indivíduo da sociedade a fim de manter a existência e a coerência de uma classe dominante e um sistema econômico vigente. Referida similaridade impossibilita a percepção em relação às possibilidades de reação e respectiva mudança no contexto social.

[...] Horkheimer e Adorno empreenderam, na *Dialética do Esclarecimento*, uma investigação sobre a *razão* humana de amplo espectro. Seu objetivo foi o de buscar compreender por que a racionalidade das relações sociais humanas, ao invés de levar a instauração de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, acabou por produzir um sistema social que bloqueou estruturalmente qualquer possibilidade emancipatória e transformou os indivíduos em engrenagens de um mecanismo que não compreendem e não dominam e ao qual se submetem e se adaptam, impotentes. (NOBRE, 2011, p. 51)

3. INVERSÃO DA LÓGICA ATRAVÉS DO PENSAMENTO CRÍTICO

A aderência, por cada membro da sociedade industrial, aos valores e identidades expostos pela indústria cultural prescinde, como explicitado acima, de assimilação acrítica em relação ao que lhe é repassado como produto necessário à uma vivência próspera.

Tomemos em linha de conta que, frequentemente, estes produtos são oferecidos considerando apenas as necessidades da própria indústria e do sistema capitalista.

Uma das formas de inverter esta significação cultural, tendencialmente consumista e potencialmente geradora de lucros, é a elaboração de políticas públicas voltadas à área de educação.

Isto porque a formulação de políticas públicas visa integrar interesses, valores e objetivos, normalmente divergentes, para, a partir daí, estabelecer ações estratégicas que possam acarretar melhorias no contexto social. Em concordância, expõe Pedroso (2001): “Assim, as questões da instrução, do desenvolvimento e da formação individual passam necessariamente pelo crivo das metas sociais”.

Sobre política pública, Secchi (2010, p. 02) se expressa no sentido que “é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém”, constituindo diretriz embasada em dois elementos, quais sejam, intencionalidade pública e resposta a um problema público. O objetivo para o estabelecimento de uma política pública é o “tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2010, p. 02).

Nesse sentido, podemos sustentar que a forma acrítica que vem prevalecendo na assimilação das mercadorias culturais constitui-se como problema social e atinge valores sociais, como exemplo, a liberdade e a dignidade. Nesse sentido Rua (2009, p. 1), expõe que as políticas públicas: “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.”.

As políticas públicas devem estabelecer métodos e instrumentos estimuladores de reflexão em relação ao que há de ser apreendido, por cada indivíduo, no meio em que convivem, considerando, a todo momento, a vulnerabilidade social tendente ao consumismo acrítico.

O processo de formação intelectual e humana, vinculado à educação, tende a estimular em cada indivíduo a busca pela autonomia a fim de que possa utilizar-se livremente de seu pensamento, da sua razão. Esta utilização possibilita a elaboração de um pensamento crítico em relação ao que lhe é exposto, às próprias condutas e posições e às dos demais seres humanos no convívio social.

Cada indivíduo inserido no contexto social deve ser considerado como sujeito potencialmente construtor de significados e estes é que delinearão a importância e a dignidade de sua existência. Assim, toda e qualquer capacidade de transformação está atrelada à formação educacional, voltada tanto ao desenvolvimento intelectual quanto moral, que

somente se estabelecerá a partir da elaboração e concretização de políticas públicas neste sentido.

CONCLUSÃO

Neste estudo, expusemos o surgimento da Escola de Frankfurt e sua teoria crítica, enfocando o pensamento de Adorno e Horkheimer em relação à ingerência dos meios de comunicação na realidade de cada indivíduo e na manutenção do capitalismo como sistema econômico.

Vale lembrar que o pensamento de Theodor Adorno em “a Dialética Negativa” de 1966 (2009), onde procura quebrar as “totalidades”, na salvaguarda das diferenças, do individual e do qualitativo, propõe reflexão acerca da racionalização e conseqüente manipulação do mundo pelo homem.

Referida manipulação traz, através da indústria cultural, alienação e, ainda, uma conseqüência funesta em relação à própria vivência social – o isolamento. Os meios de comunicação também separam pessoas fisicamente. Este isolamento as faz cada vez mais semelhantes, facilitando a dominação. Esta mantém o sistema que busca a homogeneização em todos os sentidos.

Segundo os fundamentos teóricos presentes na Escola de Frankfurt, a razão que deveria fundamentar a autonomia, tornou-se instrumento, que ao invés de gerar progresso para todos os grupos sociais, mediante acesso aos recursos técnicos e emancipação das massas, gerou processo de desumanização.

A teoria crítica desenvolve-se no sentido de alertar consciências a fim de que efetive-se, socialmente, uma emancipação de pensamento através de uma razão libertadora que consiga aguçar a percepção em relação ao real objetivo da indústria cultural.

Concluimos, assim, que a massa educada tecnologicamente continua alimentando o sistema e garantindo ao “quarto poder” (leia-se instâncias controladoras dos meios de comunicação de massa) sua posição de dominância na disseminação de alienação e consumo e, que a decisão “trágica” de ser diferente, de se opor a este poder, demandará tempo, educação e políticas públicas adequadas, voltadas, principalmente, às questões educacionais.

Somente através da efetivação de um processo educacional organizado e bem estruturado, vinculado às diversas realidades sociais, e fundamentado numa prática emancipadora é que será possível a mudança da atual realidade de dominância de determinadas classes da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida . Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Adorno, T. W. *Dialética negativa*. Tradução de M. A. Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. (Original publicado em 1966).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOUN, P-L. *A Escola de Frankfurt*. Tradução de Helena Cardoso. São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BRUM, A. J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DUARTE, R. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KANT, I. *Resposta à pergunta: “Que é o Iluminismo?”*. Tradução de Artur Morão. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf>. Acesso em: <10 ago. 2013.

MARCONDES, D. *Textos Básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MOTTA, A. P. P. Compatibilidade entre Desenvolvimento Econômico e Proteção Ambiental: O custo benefício da conservação dos recursos hídricos. O caso Cataguazes. In: YOSHIDA, C. Y. M. (Org.). *Recursos Hídricos: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambientais*. Campinas: Alínea, 2007.

NOBRE, M. *A Teoria Crítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, M. A. de. *As Bases Filosóficas e Epistemológicas de Alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno*. 2008. 481 f. Tese (Doutorado e Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PEDROSO, L.A. *Indústria Cultural: Algumas Determinações Políticas, Culturais E Sociais Na Educação*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: <05 ago.2013>.

SELIGMANN-SILVA, M. *Adorno*. São Paulo: Publifolha. , 2003.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

RUA, M. G. *Políticas Públicas*. CAPES, 2009.

SECCHI, L. *Políticas públicas*: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

USHMM (Estados Unidos). MUSEU ESTADUNIDENSE MEMORIAL DO HOLOCAUSTO. *Enciclopédia do Holocausto*. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005175>>. Acesso em: 10 fev. 2013.